

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

A Empresa ANGELA CRISTINA DO NASCIMENTO – ME interpôs tempestivamente a intenção e razões de recurso administrativo, nos termos do subitem n. 12.3 do edital em epígrafe, em face da decisão deste Pregoeiro em classificar para o item de n. 04 – Anexo A – Termo de Referência, em primeiro lugar a empresa CENTROESTE AR CONDICIONADO EIRELI.

Em suas razões, alega a recorrente que a empresa CENTROESTE, não cumpriu as exigências constantes no subitem 1.3. do edital de licitação, no qual somente permite a participação de microempresas e empresas de pequena porte para concorrer no mencionado item, sendo que a referida empresa é do tipo EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada).

Alega ainda a insurgente que “a comissão de licitações deste Tribunal não atentou para o empate técnico das sítos Empresas, pois o valor do lance da segunda colocada está dentro do limite de 5%(cinco) por cento ao melhor preço. Conforme Lei Complementar 123/2006 Art.44 § 1º , § 2º e Art.45, I ”

Por fim, pelas razões impostas, solicita a recorrente a desclassificação da empresa CENTROESTE EIRELI.

Por sua vez a empresa recorrida CENTROESTE AR CONDICIONADO EIRELI apresentou suas contrarrazões, constantes do DOC/PAD nº 122.065/2019.

Do necessário é o relatório. Passo a manifestar.

De acordo com art. 3º e incisos da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Lei Complementar n. 123/2016, é considerada uma empresa de pequeno porte aquela cuja receita bruta anual for superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior é R\$ 3.600.000,00. Estes valores referem-se a receitas obtidas no mercado nacional. A empresa de pequeno porte não perderá o seu enquadramento se obter adicionais de receitas de exportação, até o limite de R\$ 3.600.000,00.

Além das empresas de pequeno porte, essa Lei também institui o formato jurídico da microempresa, que engloba empresas cuja receita bruta anual seja igual ou inferior a R\$ 360.000,00.

Por seu turno, o regime tributário denominado Simples Nacional é o nome abreviado do “Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte”.

Trata-se de um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto pela Lei Complementar nº 123, de 2006, aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte, a partir de 01/07/2007.

De fato, o subitem 1.3. do edital do presente certame determina que, com exceção dos itens 14 a 20, será exclusiva à participação de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) nesta licitação. Contudo, conforme bem salientou a empresa recorrida nas suas contrarrazões (DOC/PAD nº122.065/2019) sendo a empresa optante pelo sistema de tributação Simples Nacional, significa que a mesma se enquadrou como empresa de pequeno porte ou microempresa, na forma do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2016, vez que, caso contrário, não receberia este tratamento tributário pela Receita Federal do Brasil.

Quanto ao fato da empresa ser Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, essa classificação não a impede de se enquadrar como empresa de pequeno porte. É que essas empresas não podem ser confundidas com outras figuras, como é o caso da EIRELI (empresa individual de responsabilidade limitada). A empresa de pequeno porte é uma sociedade, já a outra modalidade são negócios que contam apenas com um único dono.

Ademais, o próprio art. 3º, caput da Lei Complementar nº 123/2016 dispõe que:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que; (grifo nosso).

Finalmente, quanto à alegação de que este pregoeiro deixou de aplicar os procedimentos previstos no caso de empate técnico, pois o valor do lance da segunda colocada está dentro do limite de 5%(cinco) por cento do melhor preço, Conforme Lei Complementar 123/2006, art.44 § 1º , § 2º e Art.45, I, tal alegação não procede pelo fato de que a parte final do subitem 7.11. do edital de licitação afasta essa possibilidade quando a empresa classificada em primeiro lugar seja enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte. É o caso.

Isso posto, mantenho a decisão guerreada, classificando em primeiro lugar para o item de n. 04 do Pregão n. 19/2019 a empresa CENTROESTE – AR CONDICIONADO EIRELI.

Era o que havia a informar.

Bahia, 18 de junho de 2019.

Athiê Marcos Assis Ramos / Pregoeiro

Fechar

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 18/06/2019 16:51:17

Por: ATHIÊ MARCOS ASSIS RAMOS